

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO nº 018/2012

Procedente do procedimento de dispensa de licitação – decorrente do Protocolo N: **11.598.336-9**, devidamente autorizado pela autoridade competente, Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, sita no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Praça N. Sra. De Salete, em Curitiba, Paraná, CEP 80.530-95, por sua titular, a Secretária de Estado Leticia Codagnone Ferreira Raymundo, e o objeto:

Contratação de empresa Embamax Comércio de Embalagens Ltda

A empresa Embamax Comércio de Embalagens Ltda - Rua: Silvio Manfrão nº 424 Cep: 82.400-210 Bairro: Butiatuvinha, Curitiba – PR, tendo como representante legal o sr. Kaleb Moraes do Lago RG:9.168.74, CPF:143.761.999-15, esta empresa está apta para fazer a entrega do objeto contratado.

O preço da dispensa de licitação é R\$1.389,00 **Um mil trezentos e oitenta e nove reais**, e será pago mediante apresentação de **nota fiscal**, à conta da **dotação orçamentária 5502.08243174.214 rubrica orçamentaria 3390.3002 fonte do recurso 109** após a apresentação da fatura / nota fiscal , emitida a favor da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, CNPJ n. 09.088.839/0001-06.

A contratada está obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica e, principalmente, regularidade fiscal (**certidões negativas para com a fazenda municipal, estadual e federal, INSS, FGTS e CNDT**), exigidas na licitação.

O número do Pedido de Empenho é _____

Empenho n: _____ O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária n: **43861-8**, da agência n: **1433-8** do Banco **Brasil** , indicada pela contratada (**em caso de mudança, deve a contratada solicitar alteração por meio de carta enviada ao GFS/SEDS, mencionando todos os dados necessários, inclusive o carimbo do CNPJ respectivo**).

Os casos de rescisão, as responsabilidades das partes e outras informações contratuais regem-se pelo disposto no art. 55 da Lei 8.666/93, e art. 99 da Lei Estadual 15.608/07.

Maristela Marchioro Chudzy

Kaleb Moraes do Lago